

FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE RECIFE, A INTERAÇÃO CAMPO-CIDADE E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tarcisio Augusto Alves da Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2956-3512>

Júlia Figueredo Benzaquen²

 <https://orcid.org/0000-0002-4945-7058>

Gabrielle Stefany da Conceição Silva³

 <https://orcid.org/0000-0002-4945-7058>

RESUMO

No presente texto destacamos o estudo de nove feiras agroecológicas de Recife (PE) com o objetivo de destacar as características, importância e desafios das feiras agroecológicas na capital pernambucana. A investigação teve como *corpus* teórico o levantamento bibliográfico de teses, dissertações e monografias sobre estas feiras. A pesquisa compreendeu ainda a realização de observações diretas, entrevistas semiestruturadas com feirantes e aplicação de questionário com consumidores. Os resultados reforçam o papel das feiras na relação campo-cidade e formas de reciprocidades presentes nos espaços de comercialização, além da ausência de políticas públicas de apoio às feiras.

Palavras-chaves: Feiras Agroecológicas. Feirantes. Consumidores. Campo. Cidade.

AGROECOLOGICAL MARKETS IN RECIFE, RURAL-URBAN INTERACTION, AND THE LACK OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

In this paper, we highlight the study of nine agroecological fairs in Recife (PE) with the objective of emphasizing the characteristics, importance, and challenges of agroecological fairs in the capital of Pernambuco. The investigation used a bibliographical survey of theses, dissertations, and monographs about these fairs as its theoretical corpus. The research also included direct observations, semi-structured interviews with fair vendors, and the application of questionnaires with consumers. The results reinforce the role of fairs in the rural-urban relationship and forms of reciprocity present in commercialization spaces, in addition to the absence of public policies supporting the fairs.

Keywords: Agroecological Markets. Market Vendors. Consumers. Rural Areas. Urban Areas.

MERCADOS AGROECOLÓGICOS DE RECIFE, LA INTERACCIÓN ENTRE EL CAMPO Y LA CIUDAD Y LA AUSENCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMEN

En el presente texto destacamos el estudio de nueve ferias agroecológicas de Recife (PE) con el objetivo de resaltar las características, importancia y desafíos de las ferias agroecológicas en la capital pernambucana. La investigación tuvo como *corpus* teórico el levantamiento bibliográfico de tesis,

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: tarcisio.asilva@ufrpe.br.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: julia.benzaquen@ufrpe.br.

³ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: gabriellestefany005@gmail.com.

disertaciones y monografías sobre estas ferias. La investigación comprendió además la realización de observaciones directas, entrevistas semiestructuradas con feriantes y la aplicación de un cuestionario con consumidores. Los resultados refuerzan el papel de las ferias en la relación campo-ciudad y las formas de reciprocidad presentes en los espacios de comercialización, además de la ausencia de políticas públicas de apoyo a las ferias.

Palabras clave: Mercados Agroecológicos. Vendedores Ambulantes. Consumidores. Campo. Ciudad.

INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas estão situadas em um conjunto de estratégias mobilizadas pela agricultura camponesa para sua reprodução social e econômica. No sentido estrito, elas são um canal de escoamento do excedente cultivado e produzido com a finalidade de gerar renda para a família.

Além disso, a importância das feiras agroecológicas insere-se no debate sobre soberania e segurança alimentar, trazendo à tona demandas que ultrapassam a mera oferta de alimentos e colocam em pauta questões de organização, acesso e qualidade da alimentação. Por isso, as feiras agroecológicas desempenham um papel fundamental na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, saudáveis e socialmente justas (Santos et al., 2014).

Como indicado por Schneider (2016), as feiras agroecológicas são mercados, seja de proximidade, seja territoriais. O autor esclarece que os mercados de proximidade são aqueles nos quais as relações interpessoais são predominantes, e as interações e transações econômicas estão influenciadas por laços de parentesco, amizade, reciprocidade e interconhecimento. Por outro lado, os mercados territoriais não são apenas espaços de compra e venda, mas arranjos socioeconômicos enraizados no território, moldados por normas, práticas, relações sociais e estruturas locais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Pernambuco tem uma das maiores redes de feiras orgânicas/agroecológicas do país e a maior do Norte/Nordeste (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, s/d). No mapa das feiras orgânicas do Idec, Recife desponta como uma das cidades do país com mais feiras orgânicas/agroecológicas, possuindo 42 empreendimentos, ficando atrás apenas de Brasília-DF, com 45 empreendimentos.

Embora o Recife apresente uma rede de oferta de alimentos agroecológicos, a distribuição espacial dessas feiras reflete desigualdades territoriais, concentrando-se predominantemente em bairros de classe média e alta, a exemplo da Várzea, Casa Amarela, Graças, Boa Viagem e Casa Forte, e em espaços cedidos por órgãos do poder público, como universidades (Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto Federal de Educação (IFPE) e secretarias de governo etc.

O objetivo deste texto é analisar as características, a importância e os desafios das feiras agroecológicas de Recife (PE). Busca-se discutir as particularidades desses espaços sob a ótica da interação entre campo e cidade e das formas de reciprocidade camponesa que neles se manifestam,

além de evidenciar a ausência de políticas públicas voltadas a esses empreendimentos da agricultura familiar.

Para que esse intento fosse alcançado, realizamos uma pesquisa qualitativa a partir de um levantamento bibliográfico, visando mapear estudos acadêmicos sobre feiras agroecológicas em Recife. Foram consultados repositórios de universidades como UFPE, UFRPE e IFPE (Instituto Federal de Pernambuco), possibilitando a contextualização do tema e a identificação de lacunas no campo de estudo.

Realizamos também a observação direta dos espaços de comercialização, visitando nove feiras agroecológicas em Recife. Os circuitos contemplados abrangeram os bairros da Várzea, Graças, Casa Forte, Setúbal, Boa Viagem e Santo Amaro, além do Sítio da Trindade e dos *campi* da UFRPE e UFPE (CCSA). A identificação prévia das feiras ocorreu por meio do mapeamento do site do Idec, seguida pela confirmação de funcionamento através de suas redes sociais ativas.

Para a coleta de dados junto aos sujeitos da investigação, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com dezesseis feirantes, selecionados por amostragem por conveniência (conforme a disponibilidade no momento da abordagem). Adicionalmente, aplicou-se um questionário misto a uma amostra não probabilística por conveniência, composta por trinta e dois consumidores(as) das feiras agroecológicas de Recife.

AS FEIRAS ENQUANTO FENÔMENO SOCIOLÓGICO

A origem das feiras é um fato histórico bem antigo que remete às antigas civilizações, onde as pessoas se reuniam em locais específicos para trocar bens, serviços e informações. Assim, as feiras percorrem uma longa história que remonta à experiência de várias culturas para se tornarem eventos comerciais, sociais, culturais e até políticos, como podemos identificar na atualidade.

"A feira, como uma conformação de comércio, tem origem na Idade Média, especificamente, no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo" (Gonçalves, 2019, p. 26). Durante o seu desenvolvimento, elas foram sendo classificadas por tipologias que as caracterizam não só pela venda de alimentos, como frutas, legumes, grãos etc., mas por particularidades como o artesanato, as quermesses na igreja, lugar onde ocorrem diversas manifestações culturais, desde a culinária, a música, danças e outros atrativos.

Pensando em termos territoriais, Mumford (1982) argumenta que a feira está relacionada ao aumento das populações e à intensificação das relações sociais que levaram ao desenvolvimento das sociedades complexas. Já Braudel (1997, p. 461) considera que há uma imbricação entre feiras e mercados, tanto nas cidades do Oriente quanto do Ocidente.

Mirando as relações rural-urbanas, o campo desempenha papel fundamental no abastecimento das cidades com alimentos e, no caso brasileiro, a agricultura familiar exerce essa função ao abastecer o mercado interno, já que o agronegócio tem a exportação como principal objetivo (Picolotto, 2011). Nesse sentido, a agricultura familiar é um componente da produção de feiras livres espalhadas em muitas localidades, uma vez que a relação entre produtor e consumidor tende a ocorrer a partir de uma vinculação de confiança e certa proximidade expressas no processo de venda e compra (Palmeira, 2014), permitindo entender a feira como fenômeno social. Essa relação reproduz, em certo sentido, elementos próprios da cultura campesina relacionada à reciprocidade.

Ao realizar estudo na mata pernambucana, Palmeira (2014) mostra que os barracões eram o principal canal de distribuição de bens de subsistência dentro dos engenhos, concentrando o consumo dos trabalhadores rurais em um sistema submetido ao controle dos senhores de engenho, enquanto as feiras se configuraram, em sentido estrito, como canal de escoamento do excedente produzido por pequenos produtores e trabalhadores expulsos, com a finalidade de gerar renda para a família. É nesse sentido que a feira é um indicador do crescimento do proletariado rural e sua expansão também abarca a emergência de pequenos produtores com alguma autonomia dentro dos engenhos que produziam para vender no espaço da rua (cidade) (Palmeira, 2014).

Palmeira (2014) observa a ressignificação da figuração social da feira, após a década de 1950, em Pernambuco, projetada na mudança de estratégia dos grandes proprietários, na consequente mobilização das associações camponesas e na expulsão dos trabalhadores residentes. Para ele: "O contraponto entre as feiras e o barracão reflete a complexidade das mudanças em curso na região e mostra a produtividade da etnografia dos mercados para a compreensão de amplos processos de transformação social" (Palmeira, 2014, p. 324).

Como fenômeno sociológico, as feiras são locais onde os indivíduos se relacionam entre si, regidos pelas regras que permeiam e dão sentido àquele espaço social. Por isso, elas são resultado das relações que se constroem no interior de uma sociedade mais ampla, ora regulando-a, ora permitindo que seu formato e estrutura sejam mais livres, a depender de onde se encontram.

Assim, as feiras revelam uma dimensão cultural importante de uma dada localidade, expressa na frequência com que ocorrem, nas expressões vivas das tradições, hábitos, gostos e valores de uma comunidade ou região específica, mas, sobretudo, nos signos e linguagens que se fazem presentes nesses ambientes. Em seu sentido político, as feiras são palcos de manifestações partidárias em períodos eleitorais, mas, ao mesmo tempo, são expressão de resistência de feirantes, de proposição de novos formatos de trocas e comercialização de produtos e de organização frente ao poder público.

A dimensão econômica das feiras espelha antigas e renovadas práticas de comercialização e possibilidades de transações comerciais de produtos e serviços que misturam tanto experiências de

práticas comerciais convencionais quanto a viabilidade de capacidades inovadoras no que tange à ideia de mercado justo, sustentabilidade e economia solidária.

No caso específico das feiras agroecológicas, elas estão situadas nas estratégias de reprodução camponesa e significam a possibilidade de comercialização de produtos que levam em conta: 1. A diversidade de cultivos e plantas; 2. Respeito aos ciclos biológicos naturais; 3. Uso eficiente de recursos locais (água, solo, biodiversidade); 4. Integração entre a produção vegetal e animal em sistemas agrícolas; 5. Participação comunitária; 6. Promoção da saúde; 7. Valorização e incorporação do conhecimento tradicional das comunidades locais; 8. Independência de insumos externos; e 9. Justiça social.

DAS MUITAS FEIRAS, AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Existem características gerais que são possíveis de identificar em vários tipos de feira como, por exemplo: trocas sociais, econômicas e simbólicas e, em algum sentido, quando não recebem apoio do Estado, uma certa precarização de suas instalações. A feira, portanto, não é apenas um lugar de venda e troca de produtos, sejam eles de origem animal ou vegetal, produzidos de forma convencional ou orgânica, mas também palco de artistas de rua, de cultura e artesanatos diversos. É um lugar de interações intensas e, por isso, pode ser também o lócus de práticas educativas, de debates, configurando-se como um espaço político de troca de ideias quando grupos organizados buscam divulgar e promover ações que problematizam, por exemplo, a segurança e soberania alimentar a partir de diálogos e práticas apresentadas e trazidas à cidade.

Na particularidade das feiras agroecológicas, elas são um dos campos da materialidade dos saberes agroecológicos, pois a agroecologia é considerada uma ciência "[...] que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável" (Caporal et al., 2004, p. 6-7).

Como ciência, segue princípios ecológicos de preservação dos recursos naturais e cuidado com a garantia dos elementos sociais para que todos possam produzir. Não possui uma preocupação restrita com a produção, mas também com o bem-estar de produtores e consumidores. Isso quer dizer que ela não está centrada tão somente nos alimentos; a agroecologia é movimento e inclui arte, espiritualidade e justiça socioambiental.

Nas feiras agroecológicas, o princípio é a oferta de produtos sem veneno, tendo como alguns indicadores: a) o fato de que elas não disponibilizam produtos fora da época; b) a existência de certificação social dos produtores(as) pelas Organizações de Controle Social (OCS); e c) a possibilidade de fiscalização municipal e estadual realizada pelos órgãos sanitários e agropecuários.

Nesse processo, destaca-se a ausência de atravessadores, uma vez que a produção e comercialização são realizadas pelos(as) próprios(as) produtores(as) com base na agricultura familiar.

Para Pinheiro (2021), essa forma de comercialização favorece o desenvolvimento sustentável ao fomentar laços de solidariedade entre produtores e consumidores. Com maior diversidade de produtos oferecidos nas feiras e mercados locais, o acesso a uma alimentação de melhor qualidade torna-se mais fácil, com maior variedade, melhores qualidades nutricionais, opções mais saudáveis e preços justos.

Nestas experiências, o capital social se constrói pela confiança e solidariedade que os indivíduos têm entre si. Entendemos o capital social a partir da perspectiva apresentada por Bourdieu (1980) [2013], ao afirmar que é um:

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações sociais mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (p. 75).

A confiança estabelecida entre comerciante/produtor(a) e consumidor(a) revela o capital social presente nesta relação, ao mesmo tempo em que exprime uma dimensão característica das comunidades camponesas relacionada à reciprocidade, solidariedade e ajuda mútua.

Sabourin (2009) reforça esse entendimento pontuando que o capital social é um instrumento que permeia a relação e a reciprocidade dos camponeses, como o compartilhamento de instrumentos e ajuda no cultivo, transporte etc. A falta e a dificuldade de se obter recursos são elementos que ressaltam o capital social entre eles. Quando a ausência desse apoio político e institucional acontece, o capital social acaba desempenhando um papel importante, pois os laços de reciprocidade auxiliam os processos produtivos e de comercialização dos produtos.

Por outro lado, o capital social pode ainda contribuir para a autogestão entre os produtores(as) quando ocorrem apoios institucionais para produtores agroecológicos, dada a sua dimensão solidária. Nesse sentido, como forma de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), as feiras podem fortalecer tal dimensão ou ser impulsionadas por ela.

Para Rover e Darolt (2021), ao adotar os circuitos curtos de comercialização (CCC), a relação entre produtores (camponeses) e compradores cria formas de venda estabelecidas pela reciprocidade. Algumas das características dos CCC são: venda direta, maior proximidade e conexão entre produtores e consumidores, autogestão, mercados locais, qualidade dos produtos, preços justos, pequena escala em ampliação etc. O preço justo auxilia que mais pessoas possam ter acesso a uma alimentação saudável e de qualidade, permitindo, assim, que a segurança alimentar se realize.

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) estimulam a agroecologia, a agricultura familiar e os produtos orgânicos, além de reduzir os gastos e impactos ambientais por meio da: economia com gastos de transporte pelas menores distâncias a serem percorridas, alimentos livres de agrotóxicos e insumos químicos, embalagens reduzidas (com estímulos ao uso de sacolas permanentes) e redução da emissão de gases poluentes com a diminuição das distâncias percorridas (Rover e Darolt, 2021).

O cenário das feiras agroecológicas em Recife apresenta como desafio a popularização de tais espaços para além dos bairros de classe média e outros elementos que explicitaremos ao longo do texto. Esse desafio deveria se colocar como parte de uma política pública em que as feiras se tornem um dos principais lócus de oferta de comida saudável, permitindo, assim, ampliar ações relacionadas à segurança e soberania alimentar na capital pernambucana.

Nesse contexto, a regulamentação das feiras orgânicas e agroecológicas é fundamental para estabelecer as diretrizes de funcionamento desses espaços. No caso de Pernambuco, a Lei nº 16.320/2018 e o Decreto nº 53.979, de 10 de novembro de 2022, representam um marco na mobilização de movimentos ligados à agroecologia. Contudo, mais do que normas regulatórias, essas feiras demandam políticas públicas robustas para viabilizar sua implementação, efetividade e consolidação.

OLHARES SOBRE PESQUISAS EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO RECIFE

Por ser uma das cidades de Pernambuco e do país com maior número de feiras agroecológicas, algumas delas têm sido objeto de estudo de pesquisas que as descrevem e destacam suas particularidades. O levantamento bibliográfico realizado por meio dos descritores: agroecologia, feiras agroecológicas, feiras agroecológicas de Recife nos repositórios de três instituições públicas de ensino (UFRPE, UFPE e IFPE), em 2024, identificou dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), cinco dissertações e duas teses de doutorado sobre as feiras agroecológicas de Recife, em diferentes perspectivas.

Cabe salientar que o levantamento excluiu artigos científicos, considerando somente investigações completas presentes em repositórios. O quadro a seguir apresenta uma síntese desses estudos, sistematizando os locais das investigações, o foco do estudo e os principais achados:

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico de estudos sobre feiras agroecológicas de Recife

Autor (Ano)	Trabalho	Locais	Foco do estudo	Principais Achados
Sousa (2010)	Dissertação	Boa Viagem, Graças, Feira Agroecológica UFPE	Prática de consumidores de alimentos naturais/agroecológicos	Consumidores politizados e ambientalizados (maioria mulheres); 15 feiras em Recife, diversidade crescente.
Silva (2016)	Dissertação	12 feiras (ex.: Sítio da Trindade, UFPE, Casa Forte, Espinheiro)	Diversificação de produtos e assistência técnica	Feiras em ruas/instituições; alta variedade de produtos; assistência do NAC (Núcleo de Agroecologia/UFRPE, IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), APORG (Associação de Profissionais da Agricultura Orgânica) etc.; Necessidade de mais área de cultivo e divulgação.
Moreira (2018)	Dissertação	Casa Forte, UFPE/CCSA	Perfil de consumidores	Maioria mulheres, classe média, 40-69 anos; necessidade de controle via Organização de Controle Social (OCS), apenas produtores cadastrados.
Braz (2018)	Dissertação	Graças	Organização política interna do espaço agroecológico	Autonomia, venda direta sem atravessadores; circuito de proximidade; traço cultural nordestino.
Leão (2019)	Tese	Várzea, Graças, Boa Viagem	Constituição de <i>ethos</i> via eventos	Eventos culturais/roda de conversa constroem relações; frequência assídua além da compra; proximidade feirantes-consumidores.
Silva (2019)	TCC	Não especificado (geral)	Consumo responsável e relações	Relações de amizade/confiança; consumo como ato político.
Spinelli (2019)	Dissertação	Várzea, IFPE	Espaços orgânicos/agroecológicos	Várzea: organização de moradores (sábados 7-10h, desde 2018); IFPE: gerida por família (terças 11-14h).
Oliveira (2020)	Tese	Casa Forte (FACF)	Formação/reprodução de reciprocidade	Espaço urbano de sociabilidade; prefeitura/IPA fiscalizam via Organização de Controle Social (OCS).
Pinheiro (2021)	TCC	Graças	Cadeia produtiva e inter-relações	Falta de recursos/tecnologia; formação técnica mitiga custos/perdas; desafios com mercado agroindustrial.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os estudos analisados apresentam aspectos em comum, entre os quais destacamos: Primeiro, o perfil dos consumidores aponta para a predominância de mulheres de classe média, politizadas e ambientalizadas, com foco em hábitos conscientes e atos políticos, conforme apontado por Sousa (2010), Moreira (2018), Silva (2019) e Leão (2019). Segundo, as relações sociais revelam reciprocidade, confiança e amizade que vão além das vendas, promovendo sociabilidade e proximidade entre feirantes e consumidores, como observado por Braz (2018), Leão (2019), Silva (2019) e Oliveira (2020). Terceiro, a assistência e organização envolvem instituições como o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Organizações de Controle Social (OCS) e associações,

garantindo autonomia e fiscalização para produtores agroecológicos, segundo Silva (2016), Moreira (2018), Oliveira (2020) e Pinheiro (2021).

O ponto alto das convergências dos estudos está na identificação do elemento da confiança. As feiras funcionam como espaços em que a relação direta entre quem planta e quem consome cria vínculos, reduz incertezas e fortalece a sensação de pertencimento. A proximidade (geográfica, social e afetiva) é vista como um valor em si, e os estudos convergem ao mostrar que essa relação é tão importante quanto o alimento comprado.

Embora os elementos de convergência destaquem aspectos positivos das experiências pesquisadas, como a força social, cultural e econômica das feiras agroecológicas, agricultores e consumidores enfrentam um conjunto persistente de desafios estruturais. Um dos problemas mais recorrentes é a logística precária, especialmente no transporte da produção: veículos antigos, custos elevados de combustível, longas distâncias e estradas ruins comprometem a qualidade dos alimentos e aumentam o desgaste dos agricultores. A isso se soma a falta de infraestrutura adequada nas feiras (ausência de banheiros, cobertura, pontos de energia e espaços de armazenamento), o que torna o trabalho mais difícil e limita a expansão das atividades.

Além disso, os estudos apontam desafios mais amplos, como a competição desigual com o agronegócio, a falta de reconhecimento das feiras como equipamentos públicos essenciais e a necessidade de ampliar a educação ambiental para que mais pessoas compreendam o valor social, ambiental e econômico da agroecologia.

Por fim, o bairro das Graças foi o local de feira mais recorrente e estudado (ver quadro I), caracterizado por sua diversidade de produtos e origens culturais nordestinas, destacando-se por ser a primeira feira agroecológica de Recife (Araújo, 2015).

As experiências das feiras de Recife revelam uma relação estreita e multidimensional entre campo e cidade. Os produtores rurais, provenientes de diferentes municípios da região, inserem no espaço urbano alimentos frescos, diversificados e produzidos segundo princípios agroecológicos, enquanto os consumidores urbanos encontram nesse circuito um acesso quase cotidiano a produtos saudáveis, de proximidade e compatíveis com suas necessidades de consumo.

Trata-se, portanto, de uma articulação que ultrapassa a mera circulação mercantil, configurando-se também como espaço de sociabilidade, circulação de saberes e construção de vínculos entre sujeitos do campo e da cidade. Nesse sentido, as feiras contribuem para aproximar práticas camponesas e demandas urbanas, fortalecendo dinâmicas de transição agroecológica.

A OBSERVAÇÃO DIRETA DE NOVE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO RECIFE

Neste tópico, objetivamos trazer à tona a análise das feiras visitadas, destacando os seguintes aspectos observados: a) características, b) dificuldades, c) elementos da agroecologia e como a relação campo-cidade e as formas de reciprocidade se desenvolvem. A ideia aqui não é tratar as especificidades de cada uma, mas revelar como estas experiências têm se desenvolvido. Assim, discutiremos elementos presentes nas seguintes feiras visitadas: 1) Espaço Agroecológico da Várzea (EAV); 2) Feira Agroecológica do bairro das Graças; 3) Feira Agroecológica de Casa Forte; 4) Feira Agroecológica do Sítio da Trindade; 5) Feira de Economia Solidária e Agroecológica UFPE/CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas); 6) Feira Agroecológica/Ecofeira da UFRPE; 7) Feira Agroecológica de Setúbal; 8) Feira Agroecológica de Boa Viagem; e 9) Feira Agroecológica de Santo Amaro.

As seis primeiras feiras citadas estão situadas em um contínuo de bairros relativamente próximos uns aos outros, sobretudo para quem se locomove de carro. Se pensadas em termos de proximidade com a feira da Várzea, a localizada na UFPE/CCSA e a Ecofeira da UFRPE estão bastante próximas e podem ser percorridas facilmente de bicicleta, embora funcionem em dias diferentes. No geral, os feirantes instalam muito cedo suas barracas nos locais de comercialização, chamando a atenção o fato de alguns feirantes da feira de Boa Viagem relatarem sair às 23 horas de seus municípios para iniciarem o trabalho na feira. Já em Casa Forte, o início da montagem ocorre às 2 horas da manhã de sábado.

Entre os produtos mais comuns encontrados nas feiras estão as hortaliças, como alface, coentro, cebolinha, rúcula, couve e espinafre. Também aparecem tubérculos tradicionais, como macaxeira, inhame, batata-doce e cará. As frutas estão sempre muito presentes, incluindo banana, coco, mamão, abacaxi, laranja, goiaba e manga. Os legumes também compõem boa parte da oferta, com tomate, pimentão, abóbora, quiabo e berinjela. Além disso, há grãos e farinhas, como feijão, milho, fubá e farinha de mandioca.

As feiras também oferecem produtos beneficiados, como café, bolos, pães, biscoitos, tapioca, pamonha, geleias, pé de moleque, doces artesanais, além de polpas e sucos de frutas como acerola, cajá, goiaba e manga. Plantas medicinais são outro destaque, incluindo boldo, capim-santo, hortelã e erva-cidreira. Frango, ovos caipiras e peixes são bastante procurados, assim como mel e derivados. Massagem relaxante e música são aspectos diferenciadores de algumas feiras, como as da Várzea, Casa Forte, Setúbal e Boa Viagem.

Considerando que a agroecologia é movimento e, portanto, não se resume à produção de uma agricultura sustentável, mas também inclui espiritualidade, arte, cultura e política ancoradas não apenas na transformação de agrossistemas, mas, sobretudo, da sociedade, é que nos espaços das feiras

agroecológicas há uma disposição de produtos orientados nessa perspectiva; por isso, as manifestações culturais, como rodas de conversa, apresentações musicais e de dança, também fazem parte desses espaços.

No entanto, em alguns bairros, observamos que o espaço denominado de “feira agroecológica” é um território em disputa quando comerciantes não alinhados à concepção de agroecologia ou produção orgânica orbitam esses locais de comercialização vendendo produtos convencionais com uso de veneno. Os feirantes dos bairros da Várzea, Casa Forte, Graças e Setúbal são os que mais denunciam essa disputa e elaboram estratégias de distinção e delimitação dos espaços. No caso da Várzea, a grade que cerca a praça onde funciona a feira estabelece a fronteira entre o agroecológico e os produtos convencionais, inclusive com venda de ultraprocessados.

Em Casa Forte e nas Graças, o processo se dá pela distinção visual (placas, roupas dos feirantes, placas de OCS); em Setúbal, há uma delimitação por meio de faixa com o nome da feira. Aliada a essa disputa, existe ainda uma certa gourmetização da experiência em locais como Casa Forte, onde são vendidos espumante e ostras, estabelecendo uma experiência de distinção social entre os consumidores. Como bem evidenciou Bourdieu (2015) em *A distinção*, o gosto desempenha papel significativo na diferenciação social, na medida em que, por meio dele, articulam-se estratégias de distinção que manifestam estilos de vida e posições hierárquicas na estrutura de classe.

Evidentemente, o espaço da feira deve ser compreendido como plural; no entanto, sob uma perspectiva agroecológica, é necessário pensá-lo como um lugar de resistência, de troca de saberes, de valorização da agricultura familiar e de construção de relações mais justas entre quem produz e quem consome. Nesse sentido, a gourmetização desses espaços tende a transformar alimentos, práticas e territórios em objetos de consumo de nicho, conferindo-lhes uma valorização simbólica e estética que pode afastar o caráter popular e político da feira. Em certa medida, essa questão se evidencia quando essas feiras se localizam em bairros de classe média alta, como é o caso de Casa Forte, no Recife.

Por outro lado, pensadas como espaços de resistência, oferta de alimentos saudáveis e pontos de debate político e disseminação dos princípios da agroecologia, as feiras da Várzea e de Setúbal conformam experiências em que promovem eventos, disponibilizam produtos e interagem com a comunidade, tratando não apenas das relações de compra e venda, mas discutindo ideias e interagindo com os consumidores por meio de rodas de conversa, apresentações culturais e café da manhã.

Assim, no Espaço Agroecológico da Várzea, encontra-se a “Barraca de Paulo Freire”, que comercializa livros e pelúcias inspiradas em figuras como Paulo Freire e Marielle Franco. Já a feira de Setúbal desenvolve iniciativas como o projeto “Nos Trinques”, viabilizado pela Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM) e financiado por diferentes parceiros, entre eles a Meta e o Nubank, cujo objetivo é

promover a participação ativa e contínua de pessoas idosas e de seus familiares como agentes de cidades sustentáveis e do ecoturismo/turismo criativo em Lagoa de Itaenga (PE).

A organização das feiras não é um projeto individual; resulta dos esforços de muitas organizações e associações de agricultores, quase sempre incentivados pela participação de projetos de extensão universitária e núcleos de agroecologia e ONGs, como, por exemplo, o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) e o Centro Sabiá. O Centro Sabiá foi responsável pela organização da Feira das Graças, que, com mais de 23 anos de existência, constituiu a primeira feira agroecológica de Recife.

As Feiras Agroecológica/Ecofeira da UFRPE e de Economia Solidária e Agroecológica UFPE/CCSA funcionam dentro dos espaços das duas universidades e favorecem a relação entre feirantes, alunos e docentes ao construírem laços via atividades práticas, visitas aos sítios e participação em oficinas, fomentando saberes compartilhados. Essa ponte campo-cidade fortalece equidade, educação e soberania alimentar em ambientes acadêmicos, favorecendo práticas de extensão e trocas de saberes entre universidade e comunidades.

No caso específico da Ecofeira da UFRPE, o espaço está no entorno de mangueiras e azeitonas-roxas, atraindo uma clientela diversa composta por: estudantes, professores, servidores, público externo, senhoras que praticam hidroginástica e participam de cursos voltados à terceira idade. Nesse sentido, a integração universitária fomenta a educação via rodas de diálogo e proximidade com o Programa de Educação Tutorial (PET) Políticas Públicas.

O que se observa é que a relação campo-cidade é inerente à dinâmica das feiras, uma vez que sua própria existência se fundamenta na origem rural dos produtos e dos sujeitos que os comercializam, bem como na função de abastecimento dos centros urbanos. Como assinalou Veiga (2002), as pequenas e médias cidades têm um papel estratégico na articulação territorial do desenvolvimento, porque ajudam a estruturar redes entre campo e cidade, sustentam economias locais e contribuem para a fixação da população no interior. Assim, a feira atualiza a máxima de que “se o campo não planta, a cidade não janta”. Desse modo, a procedência dos feirantes do estudo aqui apresentado se distribui entre diversos municípios de Pernambuco, como indicado a seguir:

Quadro 2 – Cidade de origem dos feirantes

Região	Cidades de origem dos feirantes
Região Metropolitana	Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Abreu e Lima
Zona da Mata Norte	Lagoa de Itaenga, Paudalho, Bom Jardim, Goiana
Zona da Mata Sul	Moreno
Agreste Setentrional	Bom Jardim
Agreste Central	Gravatá, Pombos
Agreste Meridional	Bonito
Sertão	<i>Nenhuma cidade</i>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo - entrevistas.

Como afirmado por Cruz & Schneider (2022), “estudos também revelaram que a qualidade dos produtos locais e territoriais pode ser compreendida como um diferencial que se vincula ao lugar de origem e às pessoas que os produzem” (p. 104).

Não obstante a importância da feira na relação campo-cidade, é necessário destacar a falta de apoio público ao funcionamento delas. Em muitos casos, os feirantes afirmam que recebem mais apoio do município de origem do que da prefeitura do Recife. O caso mais recorrente de problemas apontados diz respeito à falta de estrutura em relação ao apoio aos feirantes. Não há sanitários (em geral, utilizam os de supermercados, bares e outros estabelecimentos comerciais vizinhos) e falta segurança reforçada, uma vez que, em algumas delas, mesmo com delimitações, ocorreram invasões de feirantes externos e até roubo.

Essa problemática reforça a permanência de problemas identificados por outras pesquisas, como Sousa (2010), Silva (2016), Braz (2018), Moreira (2018) e Pinheiro (2021), realizadas em feiras agroecológicas do Recife, evidenciando a necessidade de políticas públicas no campo da soberania e segurança alimentar que considerem o papel dessas feiras como estratégico na oferta de alimentos saudáveis.

No que tange ao transporte, por exemplo, alguns feirantes recebem apoio da prefeitura de seus municípios, ou subsidiam o valor pela taxa associativa, ou ainda fazem uso de carros próprios, o que gera custos e logística irregular.

Embora o Recife conte com um conjunto expressivo de feiras agroecológicas, ainda não dispõe de uma política pública municipal específica e articulada capaz de regulamentar e fortalecer, de forma integrada, o funcionamento desses espaços, não apenas sob uma perspectiva fiscalizatória, mas também por meio da criação de condições adequadas para sua manutenção e desenvolvimento.

O que se observa é a presença dispersa de normas, decretos, programas e iniciativas que incidem sobre as feiras, mas sem que isso se converta em uma estrutura institucional coerente e abrangente que sirva para fortalecer as práticas agroecológicas presentes nesses espaços.

Assim, a ausência de uma política pública sistematizada revela a persistência de uma lacuna na consolidação dessas feiras como instrumentos estratégicos de abastecimento, valorização da agricultura familiar e promoção da agroecologia e da soberania e segurança alimentar para o município. A seguir, apresentamos algumas dessas normativas e sua relação com as feiras agroecológicas:

Quadro 3 - Leis e políticas municipais de Recife relacionadas às feiras agroecológicas

Instrumento	Descrição e relação com as feiras
Lei Orgânica do Município do Recife, promulgada em 4 de abril de 1990.	Garante o direito à alimentação adequada, ao meio ambiente equilibrado e ao incentivo à agricultura urbana, fundamentos que sustentam as feiras agroecológicas.
Plano Diretor do Recife (Lei nº 17.511/2008)	Prevê apoio à agricultura urbana, segurança alimentar e uso social dos espaços públicos, base legal para instalação de feiras.
Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei Ordinária 19163/2023	Estrutura o sistema de segurança alimentar e reconhece iniciativas de abastecimento saudável, como feiras agroecológicas.
Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMUSAN, instituído pela Lei nº 17.019/2004	Órgão que delibera e acompanha políticas de abastecimento e pode apoiar feiras agroecológicas.
Programa de Agricultura Urbana do Recife – PAU, Decreto Municipal nº 39.617/26	Incentiva hortas comunitárias, quintais produtivos e circuitos curtos de comercialização, onde as feiras se inserem.
Política Municipal de Economia Solidária	Pode amparar feiras que funcionam em rede, como Setúbal, Graças e Boa Viagem, que se organizam como economia solidária.
Regulamentações da CPORG (Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco/ADAGRO	Embora estaduais, são aplicadas dentro do município, em relação a fiscalização das feiras.
Normas da EMLURB (Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife) sobre uso de praças e vias públicas	Regras para ocupação de praças, limpeza urbana e autorização de feiras.
Política Municipal de Meio Ambiente	Incentiva práticas sustentáveis, redução de resíduos e uso de sacolas retornáveis, ações presentes nas feiras.
Diretrizes de Vigilância Sanitária Municipal	Normas para manipulação de alimentos, produtos de origem animal e higiene nas feiras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao considerar os regulamentos e orientações anteriormente mencionados, é possível observar a existência de mecanismos de fiscalização nas feiras, voltados a assegurar que os consumidores tenham acesso a alimentos saudáveis oriundos da produção agroecológica dos feirantes. Essa fiscalização já identificou, em uma das feiras, a comercialização de um produto não agroecológico, o que resultou na aplicação de penalidades, incluindo multa e a exclusão do feirante que descumpriu a norma vigente.

Entretanto, considerando a centralidade das feiras para a soberania e a segurança alimentar, não basta apenas a existência de mecanismos de fiscalização. Faz-se necessário, sobretudo, o investimento sistemático em sua infraestrutura, de modo a garantir condições dignas de comercialização e consumo para feirantes e consumidores. Do ponto de vista sociológico, trata-se de reconhecer que a efetividade desses espaços depende não apenas da regulação, mas também do compromisso do poder público com sua manutenção material, uma vez que o bem-estar dos sujeitos que neles circulam está diretamente relacionado às condições concretas de funcionamento da feira.

Na contemporaneidade, um outro desafio às feiras de rua está atrelado ao fato de que elas concorrem com os supermercados, que utilizam a tecnologia a seu favor, oferecem uma diversidade de produtos de origem industrial e incorporam a venda de frutas, verduras e carnes, antes apenas comercializados em feiras livres.

Os consumidores foram atraídos pela facilidade de pagamentos, que inclui o cheque, dinheiro em espécie e cartão de crédito, denominados de fichas simbólicas por Giddens (1991), pois são meios de troca padronizados e abstratos que podem circular entre pessoas e contextos sem depender das características particulares de quem os utiliza.

As feiras agroecológicas também têm recorrido à tecnologia a seu favor, pois essa foi uma das práticas que, aos poucos, os feirantes incorporaram, inclusive com o uso de pagamento em cartão de crédito, por débito em conta e Pix. Além disso, segundo os relatos, a pandemia foi também um período de muitos aprendizados, especialmente com o uso do aplicativo WhatsApp. Os feirantes informaram estratégias para evitar golpes, como guardar notas e confirmar informações por aplicativos. Essa experiência também os ajudou a oferecer o serviço de entrega, contribuindo para a fidelização dos clientes e para a ampliação da praticidade no atendimento, prática incorporada por muitos deles desde o período de confinamento provocado pelo coronavírus.

As experiências das feiras de Recife revelam uma relação estreita e multidimensional entre campo e cidade. Os produtores rurais, provenientes de diferentes municípios da região, inserem no espaço urbano alimentos frescos, diversificados e produzidos segundo princípios agroecológicos, enquanto os consumidores urbanos encontram nesse circuito um acesso quase cotidiano a produtos saudáveis, de proximidade e compatíveis com suas necessidades de consumo. Trata-se, portanto, de uma articulação que ultrapassa a mera circulação mercantil, configurando-se também como espaço de sociabilidade, circulação de saberes e construção de vínculos entre sujeitos do campo e da cidade. Nesse sentido, as feiras contribuem para aproximar práticas camponesas e demandas urbanas, fortalecendo dinâmicas de transição agroecológica.

As formas de reciprocidade e confiança emergem em pequenos detalhes como: a reserva de produtos, o “troco”, o deixar as compras na barraca e o acreditar na origem dos produtos, demarcando elementos centrais dessa experiência. Durante a pandemia, essas relações foram intensificadas com o uso de aplicativos de mensagem, pagamentos via Pix e cartão, bem como com a ampliação das entregas domiciliares. Tais estratégias permitiram não apenas a continuidade das vendas, mas também o aprofundamento de laços de confiança já consolidados no cotidiano da feira. Em alguns casos, essa confiança se expressou de maneira particularmente significativa, como na entrega de chaves de apartamentos a feirantes para a realização de entregas, evidenciando a solidez dessas relações interpessoais.

Do ponto de vista agroecológico, a feira expressa princípios vinculados à agricultura familiar, à produção sem agrotóxicos e à economia solidária. A presença de Organizações de Controle Social e a atuação em rede entre produtores reforçam a legitimidade dos circuitos curtos de comercialização e a construção coletiva da confiança entre produtores e consumidores. Também se observam práticas sustentáveis, como o uso de sacolas reutilizáveis, a valorização da diversidade produtiva e a

incorporação de iniciativas educativas e culturais no espaço da feira. Esses elementos ampliam o significado da experiência, que se constitui não apenas como local de compra e venda, mas como território de afirmação política, ambiental e social.

A permanência e a resistência dos produtores, mesmo diante das adversidades, revelam a força da organização coletiva dos feirantes e a capacidade de produzir sociabilidades baseadas em confiança, reciprocidade e compromisso com a soberania alimentar. Assim, a feira consolida-se como um espaço estratégico de articulação entre campo e cidade, no qual se entrelaçam produção, circulação, consumo, cultura e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras agroecológicas do Recife configuram-se como espaços socioterritoriais privilegiados para analisar as interações entre campo e cidade, evidenciando processos de construção de vínculos sociais, disputas simbólicas e práticas econômicas que se situam na interface entre reciprocidade camponesa, inovação social e capital social. A partir da observação empírica de feiras como as da Várzea, Graças, Casa Forte, Sítio da Trindade, UFPE/CCSA, UFRPE, Setúbal, Boa Viagem e Santo Amaro, torna-se possível compreender como esses espaços materializam formas específicas de sociabilidade e de circulação de saberes, produtos e pessoas, articulando dimensões econômicas, culturais e políticas.

A presença de agricultores provenientes de municípios como Moreno, Lagoa de Itaenga, Chã Grande, Bonito, Pombos, Vitória de Santo Antão e outros evidencia a interdependência estrutural entre territórios rurais e urbanos. A feira urbana não se reduz a um ponto de comercialização, mas constitui um locus de reconhecimento social e de legitimação simbólica dos agricultores familiares agroecológicos. O deslocamento dos produtores, muitas vezes realizado com recursos próprios, revela a centralidade da cidade como espaço de visibilidade e de reprodução social, ao mesmo tempo em que reafirma a autonomia relativa dos agricultores frente às estruturas institucionais.

Nesse contexto, o conceito de capital social, conforme formulado por Pierre Bourdieu (2013), é fundamental para compreender a dinâmica interna das feiras. As redes de relações que se estabelecem entre produtores e consumidores, marcadas pela confiança, pela fidelização e pela cooperação cotidiana, constituem um recurso social acumulado que garante a continuidade e a legitimidade desses espaços. A troca de favores, a guarda de compras, a separação de produtos específicos para clientes habituais e as conversas que extrapolam a dimensão estritamente mercantil configuram práticas que reforçam a densidade relacional das feiras. Trata-se de um capital social que opera tanto horizontalmente, entre os próprios agricultores, quanto verticalmente, entre agricultores e consumidores urbanos, produzindo reconhecimento e distinção no campo simbólico.

Ao mesmo tempo, as feiras agroecológicas se inserem no que Rover e Darolt (2021) denominam de circuitos curtos de comercialização, caracterizados pela redução de intermediários, pela proximidade entre produtores e consumidores e pela valorização da agricultura familiar agroecológica. Esses circuitos constituem formas de inovação social, na medida em que articulam práticas tradicionais de produção e venda com tecnologias contemporâneas, como pagamentos via Pix, QR Code, uso de redes sociais e estratégias de delivery, especialmente intensificadas durante a pandemia de covid-19. As feiras tornam-se, assim, espaços de experimentação sociotécnica, nos quais se combinam atividades econômicas, culturais e educativas, rodas de diálogo, oficinas, apresentações artísticas e ações de extensão universitária, que ampliam sua função social para além da comercialização.

A racionalidade que orienta essas práticas projeta para as feiras agroecológicas aquilo que Sabourin (2009) identifica como lógica camponesa, baseada na reciprocidade, na ajuda mútua e na construção de vínculos duradouros. Os agricultores não buscam a expansão ilimitada das feiras, mas seu fortalecimento; não priorizam a maximização do lucro, mas a estabilidade e a continuidade das relações; não se orientam exclusivamente pela lógica mercantil, mas por uma economia moral que valoriza a confiança, a proximidade e a qualidade dos alimentos.

O uso de cadernos de anotação para registrar pedidos, a troca de produtos entre feirantes, a participação em múltiplas feiras ao longo da semana e a preocupação com a certificação e a fiscalização revelam um modo de vida que resiste à lógica impessoal dos mercados comerciais convencionais.

A disputa simbólica entre feiras agroecológicas e feiras convencionais emergiu como achado importante da investigação. Isso se evidenciou na necessidade de delimitar fisicamente os espaços, utilizar aventais, faixas, OCS e sinalizações específicas, o que revela uma luta por legitimidade nos termos bourdieusianos. A presença de comerciantes convencionais tentando se apropriar da identidade agroecológica, bem como os relatos de fiscalização e penalidades aplicadas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (Adagro), reforçam a dimensão política e simbólica dessas feiras. A agroecologia, nesse sentido, não é apenas uma forma de produzir alimentos, mas um marcador identitário e um capital simbólico em disputa, por estar alinhada a um paradigma de sustentabilidade ambiental em forte evidência atualmente.

Apesar de sua relevância social, cultural e alimentar, as feiras enfrentam limitações estruturais significativas: ausência de banheiros, precariedade da segurança, falta de divulgação institucional, infraestrutura inadequada e apoio insuficiente do poder público. Por isso, a soberania alimentar, frequentemente evocada por agricultores e consumidores, depende não apenas da produção de alimentos saudáveis, mas também do reconhecimento político das feiras como equipamentos públicos essenciais.

Assim, as feiras agroecológicas do Recife constituem espaços socioterritoriais complexos, nos quais se entrelaçam práticas camponesas, inovação social e capital social. Elas operam como interfaces entre campo e cidade, como territórios de convivência e reciprocidade, e como arenas de disputa simbólica e política. Mais do que mercados, são comunidades agroalimentares que produzem vínculos, fortalecem identidades e contribuem para a construção da soberania alimentar urbana. A análise dessas feiras permite compreender não apenas a dinâmica da agricultura familiar agroecológica, mas também os processos contemporâneos de reconfiguração das relações entre sociedade urbana, produção de alimentos e políticas públicas.

Por fim, cumpre ressaltar que a investigação não teve como objetivo aprofundar o debate sobre a execução prática das políticas públicas. Em vez disso, privilegiou-se a identificação dos marcos institucionais e legislativos vigentes, bem como a análise fundamentada na percepção dos próprios feirantes. Desse modo, aponta-se a necessidade de exames mais detalhados sobre o tema em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarcísio Patrício. Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. 2. ed. rev., 2. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRAZ, M. I. Espaço agroecológico e comercialização: a construção de mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. 189 f.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF, 2004. v. 1. 24 p.

CRUZ, M. S. da; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 42, n. 1, p. 93-113, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, L. A. A. A Metamorfose das Feiras Nordestinas: a Inserção da Confeção Popular. São Paulo: Blucher, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Mapa de Feiras Orgânicas. São Paulo: Idec. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br>. Acesso em: 29 abr. 2026.

LEÃO, E. L. de S. A constituição de um ethos dos produtores familiares de feiras agroecológicas de Recife-PE. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MOREIRA, M. E. T. Da terra à mesa: narrativas de consumidores sobre motivação de escolhas alimentares em duas feiras agroecológicas de Recife - Casa Forte e UFPE/CCSA. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. 178 f.

MUMFORD, L. A Cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Martins Fortes, 1982.

OLIVEIRA, M. C. C. de. Agricultura familiar e cadeias curtas de alimentos: a formação de um Espaço de Reciprocidade na Feira Agroecológica de Casa Forte, Recife – PE. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

PALMEIRA, M. Mercados e mudanças econômicas. Vibrante: Antropologia Virtual Brasileira, v. 11, n. 1, p. 285-323, 2014.

PICOLOTTO, E. L. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINHEIRO, R. Estudo da cadeia produtiva da agricultura familiar a partir de produtores da feira agroecológica das Graças em Recife - PE. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, C. F. dos. et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 2, p. 33–52, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Q8YfrW7m6mLWBWBcmcbKKrQ/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 9-24.

SILVA, L. Q. B. da. A academia como contribuição para conhecimento das feiras agroecológicas: o caso do espaço agroecológico de Setúbal. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, V. M. S. da. As feiras de base agroecológica em Recife - Pernambuco: trocas de saberes, sabores e idéias sustentáveis. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. 103 f.

SOUSA, Thomas Antonio Rodrigues de. Consumido ou sendo consumido? Uma visão sobre as práticas de consumo e sustentabilidade no Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. 125 f.

SPINELLI, P. S. da S. O crescimento do mercado de alimentos orgânicos e as variáveis determinantes na sua oferta e procura em Recife, Pernambuco, Brasil. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental) - IFPE, Recife, 2019.

VEIGA, J. E. da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002.